

Sarney preocupado com a pulverização do poder

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A futura Constituição, se aprovada conforme o texto do anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, tornaria o País ingovernável. Esta é a conclusão a que chegou o presidente José Sarney, segundo alguns de seus auxiliares. Estudos realizados pelo presidente, junto com alguns membros do governo, concluíram que o texto do anteprojeto, transformado em Constituição, provocaria uma grave crise no Brasil no prazo máximo de 90 dias.

Um dos aspectos que maior preocupação está trazendo a Sarney é, conforme as mesmas fontes, a divisão prevista do governo, que pulveriza o poder entre o presidente da República, o primeiro-ministro, o conselho de ministros, a Câmara e o Senado. Ainda conforme a avaliação feita por membros do governo, o anteprojeto não define uma proposta nem presidencialista nem parlamentarista.

De acordo com seus assessores, Sarney passou o fim de semana lendo o anteprojeto e, bastante apreensivo, só vê uma solução: começar tudo outra vez, sem permitir negociações para compor interesses de grupos, entregando-se o trabalho para pessoas que saibam conduzir o processo político.



Nilde

Projeto é romântico e radical, diz adjunto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Wilson Martins (PMDB-MS), relator adjunto da Comissão de Sistematização, considerou o anteprojeto da futura Constituição extremamente radical, uma vez que, de um lado, oferece garantias "românticas" ao trabalhador e, de outro, inviabiliza a reforma agrária. "Feita a compatibilização entre os vários textos setoriais, falta agora compatibilizar o anteprojeto à realidade brasileira" — disse ele.

Wilson Martins apresentou ontem 107 emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, as quais, se aceitas, retirariam 30 dispositivos constantes em 501 artigos, que o senador considera ainda excessivos, repetitivos e com muitos pontos conflitantes. As modificações propostas procuram suprimir artigos como o 3º ("o Estado é o instrumento e a mediação da soberania do povo"), "porque na democracia, por razões óbvias, o Estado é o meio de realização dos interesses coletivos, sendo desnecessária uma afirmação expressa".

Também procura suprimir expressões desnecessárias, como a de que o Judiciário, o Legislativo e o Executivo "são os principais órgãos da soberania do povo", pois são os únicos. E propõe ainda a supressão do artigo 5º, "porque é meramente discursivo e supérfluo". No artigo seguinte, Martins propõe a supressão de 13 linhas, também discursivas e supérfluas, em que coloca como função do Estado brasileiro, sob os desígnios do povo, a consolidação da identidade entre povo e Nação — "emprender por etapas planejadas e constitucionalmente compulsórias, a erradicação da pobreza e a interpenetração dos extratos sociais".

Sugere ainda o senador que seja suprimido o artigo 11, pelo qual a Constituinte quer legislar para o mundo, uma vez que só pode ditar regras para o País e não para outras nações. Por este artigo, o Brasil preconiza um tribunal internacional dos

direitos humanos, uma ordem econômica internacional justa e equitativa, a união de todos os estados soberanos contra a competição armamentista e o terrorismo, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, entre outras coisas, como o livre intercâmbio científico e cultural. Isto, segundo o anteprojeto de Cabral, preservando a reserva de mercado e eliminando os direitos autorais de invenções que digam respeito à vida, à saúde e à alimentação.

O anteprojeto de Cabral, que já consagra a proibição da pobreza absoluta, com o Estado tendo a obrigação de erradicá-la, também deve perder, segundo Martins, o item pelo qual, "até a erradicação definitiva da pobreza absoluta, suas vítimas têm direito a amparo e assistência do Estado e da sociedade". Martins também quer retirar da Constituição o item que garante o mesmo direitos e deveres para homens e mulheres, fora e dentro de casa, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento".

Wilson Martins pretende retirar do texto atual o trecho que diz que, "a cada cinco anos de efetivo exercício, o servidor público assíduo, que não houver sido punido, terá direito a licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo ou emprego, facultada sua conversão em indenização pecuniária, se não gozada ou contada em dobro quando da aposentadoria do servidor".

Embora o projeto de Cabral tenha adotado o sistema parlamentarista de governo, este não foi compatibilizado para Estados e municípios e ainda cria diferentes categorias de deputados (distritais, com mandato diverso e mais longo), critica o senador Wilson Martins. Ele propõe, ainda, a supressão do artigo 116, que procura estabelecer padrões para elaboração de leis, reduzindo o Poder Legislativo, e um trabalho de "compatibilização gramatical", apontando erros de português na Constituição que consagra esta língua como oficial e obrigatória.

"Estabilidade prejudica os trabalhadores"

A atuação do deputado Max Rosemann, que se manteve contrário à aprovação da proposta de estabilidade no emprego e de jornada de 40 horas semanais, apesar da forte pressão popular, foi elogiada pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Também o diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, representante do lobby dos trabalhadores na Constituinte, classificou Rosemann de adversário competente.

Max Rosemann acha que o ideal seria a proposta de estabilidade no emprego e de jornada de 40 horas ficarem fora da Constituição e serem tratadas por lei ordinária. Max defende a flexibilidade na relação capital-trabalho, de modo a proporcionar garantias ao trabalhador. E condena a proposta, por entender que a adoção dessas medidas vai de encontro aos interesses dos trabalhadores.

O deputado afirmou que o Brasil precisa gerar anualmente dois milhões de novos empregos para atender a mão-de-obra e que, com a estabilidade, as novas contratações ficariam prejudicadas e o mercado de trabalho cada vez mais restrito para quem tiver de começar.

Max Rosemann defende um salário justo para todos os trabalhadores, previdência através de um seguro desemprego, que permita certa segurança, e participação nos lucros da empresa. Segundo o deputado, a aprovação de propostas como a estabilidade provocaria o desemprego, em razão do rigoroso processo seletivo a que o candidato teria de se submeter. O mais viável, na opinião de Max, é a proposta de 48 horas semanais de trabalho, respeitando-se as convenções coletivas.

O deputado Max Rosemann critica, ainda, o item que diz respeito à folha de pagamento das empresas, segundo o qual não podem incidir sobre ela tributos ou contribuições, tornando seu uso exclusivo do Sistema Nacional de Seguridade Social. Para o parlamentar, na prática, a medida elimina a base de cálculo da receita compulsória de entidades como Sesc, Senac, Sesi, entre outras — o que tornaria inconstitucional a arrecadação feita hoje, que é a sustentação máxima dos serviços sociais.

Os fracos não têm vez

MENDES RIBEIRO

Somos quase seiscentos constituintes. Duvido sejam oitenta os de extrema esquerda. Não creio tantos, os radicais de direita.

Claro, os "festivos" não causam preocupação. Reduzidos à sua verdadeira proporção, perdemos o fôlego e a falsa influência, desmascaramos no imediatismo de serem servidos, quando buscaram votos para servir.

Restam, na pior das hipóteses, quatrocentos constituintes. Eles escreverão a Grande Carta. Certos de não estarem legislando em causa própria. Cientes de provocarem o grande fato político do amanhã. Côncios de estar liquidado o tempo dos discursos e chegada a hora da ação.

Manifestos, por melhores escritos ou de mais rico conteúdo, somam infinitamente menos do que exemplos. Deixar o papel de maioria silenciosa. Rasgar as velhas cartilhas do comodismo conservador de hábitos e figuras jamais renovados, são imperativos assimilados, assumidos.

Basta de sustos com manifestações pré-fabricadas.

Chega de recuos sem sentido. Impossível ignorar as reclamações da classe média. Lamentável tangenciar as apreensões dos pequenos, médios ou grandes empresários. Para a História. Dar as costas para a comunidade sofrida, pasto de manobra das minorias, única e exclusivamente pela acomodação dos muitos que, por dispersão de esforços e falta de arremetimento, parecem fatia insignificante.

Os comunistas, trotskistas ou afins, merecedores de meu respeito, por posições abertas e corajosas, representam grupos sem receptividade nas urnas, em todo o curso de

nossa caminhada rumo à democracia. Mesmo tendo largos períodos de dominação, pela prepotência das armas, a extrema direita, de igual sorte, com a dignidade de se mostrar tal qual é, não consegue votos para se firmar grande partido. A conclusão é fatal. O brasileiro, por solidariedade, amor à paz e desejo de vida tranquila com um mínimo de dignidade, segue aos conciliadores, cujo exemplo mais recente se cristalizou na figura de Tancredo Neves.

A grande conquista dos quatro meses de convívio dos novos congressistas foi a identificação, demorada mas contínua, de homens afinados por idéias.

Na bancarrota dos partidos em que os interesses pessoais se transformam na semente da desagregação, emergiram idéias e condutas. As primeiras, inegociáveis. As segundas, testadas nos primeiros confrontos.

Com um mínimo de conversação e quase nada de conhecimento pessoal, separados em vinte e quatro subcomissões cuidadosamente preparadas pelas lideranças, para o domínio da esquerda festiva, os constituintes, guiados pelo bom senso, terminaram no feliz encontro de quem sabe estar no meio da virtude. E, no consenso, o caminho do amanhã.

Muito cedo, aflorou essencial o combate frontal, sem medo. O uso das mesmas armas de quem, sendo minoria, buscava incendiar o Reino no caos.

Destruir é sempre mais fácil do que construir. Bancar moderno no bim Hood, embora vivendo com as burras cheias, jogando para a plateia, é posição fácil e atraente, se os ecos não forem sufocados pela verdade.

No momento em que as galerias deixaram de ser exclusivas para os

"Instável como a água, nunca prevalecerás"

(Da Bíblia)

arruaceiros, dando lugar para qualquer corrente de opinião, todos descobriram como é fácil juntar aplausos e simpatizantes. O horizonte desenhou-se com luz.

Hoje o grupo, o centro, seja lá como for chamado o movimento dos livres, tem absoluta certeza de que definirá o Brasil e ditará a Constituição.

O desejo de conversar não confunde transigir o inegociável. A maioria escuta, democraticamente, a minoria. Dela retira o essencial. Aproveitável a simbiose imprescindível ao avanço. Inobstante, não cai na contradição de, em nome de uma falsa e passageira popularidade, escorregar na tolice de cometer o que Rússia e Estados Unidos somente agora estão corrigindo.

Afinal, se somos em maior número, se representamos a maioria dos eleitores, se refletimos o mandamento das urnas, por que essa agonizada e estúpida aceitação da baderna?

Senão cupirmos as leis, com que moral legislaremos as regras básicas? A pressão, desejável, indispensável, não pode e não vai ser confundida com a agressão, desaforo ou desrespeito, aceitos passivamente. Ou seremos, por acaso, fantoches nas mãos de demagogos atípicos?

Nós, por maioria, temos a delegação. Terminaram as barganhas. E fique claro: é o fim da ordem burra de nível por baixo.

Conversar faz bem. É do jogo. Vital. Entretanto, cada lado tem a noção de quanto representa e, sendo assim, pode.

Em síntese, terminou o ensaio. Quem não for digno do papel que o voto destinou aos constituintes na história, saia de cena.

Os fracos não têm vez no amanhã. Mendes Ribeiro é constituinte do PMDB gaúcho.